

IV - Fomentar e promover produção de conhecimento na área, envolvendo sistematização de dados, estudos, pesquisas e avaliações;
V - Realizar parcerias com outros entes, instituições e órgãos para o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 6º O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Execução de Medidas Socioeducativas do Poder Judiciário do Estado da Bahia deverá garantir estrutura para o funcionamento do CEIMPA-BA, e seus representantes atuarão como coordenador e vice-coordenador.

Parágrafo único. O Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial do Poder Judiciário do Estado Da Bahia deverá elaborar e apresentar anualmente Plano de Trabalho e o Relatório de Atividades com indicação de etapas, objetivos, ações e indicadores a serem desenvolvidos e checados, e os respectivos prazos e órgãos responsáveis, em conformidade às disposições normativas aplicadas à matéria.

Art 7º O Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial do Poder Judiciário do Estado da Bahia tem prazo indeterminado, tendo em vista ser o colegiado no âmbito deste Poder Judiciário para garantir a promoção e monitoramento da política antimanicomial.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, na data registrada no sistema.

(assinado eletronicamente)
Desembargadora CYNTHIA MARIA PINA RESENDE
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 1063, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025.

Institui a Comissão de Inventário de Bens e dos Valores do poder Judiciário do Estado da Bahia e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

D E C I D E

Art. 1º Instituir a Comissão de Inventário de Bens e dos Valores do poder Judiciário do Estado da Bahia, registrados ou sob responsabilidade do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia em 31 dezembro de 2025, com a seguinte composição:

I – Diego Macedo Farias, cadastro nº 971.403-0, na qualidade de Presidente;
II – Edlourdes Herminia da Boa Morte Brito, cadastro nº 501.923-0; e
III – João Agripino Dantas Teixeira, cadastro nº 902.180-9.

Art. 2º A Comissão de Inventário dos Bens e dos Valores tem as seguintes atribuições:

I – realizar análise comparativa dos dados emitidos pela Coordenação de Controle Patrimonial (COPAT) e pela Coordenação de Contabilidade (COTAB);
II – identificar e notificar a Secretaria de Administração acerca das inconsistências constatadas; e
III – elaborar relatório conclusivo dos fatos apurados nos levantamentos realizados.

Art. 3º O relatório final do inventário de bens e valores deverá ser encaminhado à Secretaria de Administração e à Controladoria do Judiciário até o dia 31 de janeiro de 2026.

Art. 4º A Comissão de Inventário responderá, a qualquer tempo, pela veracidade das informações prestadas no relatório final.

Art. 5º Fica a Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia autorizada a editar todo e qualquer ato necessário à perfeita operacionalização das atividades desenvolvidas pela Comissão instituída por este Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, na data registrada no sistema.

(assinado eletronicamente)
Desembargadora CYNTHIA MARIA PINA RESENDE
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, à vista do que consta do processo SEI 80506254.000022/2025-84,

DECIDE

Exonerar, a pedido, o servidor JOSE ROBERTO FRANCA DE OLIVEIRA FILHO, cadastro 971.753-6, do cargo em comissão de Assistente de Gabinete, símbolo TJ-FC-3.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, na data registrada no sistema.

Desembargadora CYNTHIA MARIA PINA RESENDE
Presidente